



---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

---

Ano de 2018



MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

# Índice

1.	Introdução .....	3
2.	Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida .....	6
2.1.	Receita .....	6
2.1.1.	Grau de Execução Orçamental da Receita .....	6
2.1.2.	Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos) .....	7
2.2.	Despesa .....	9
2.2.1.	Grau de Execução Orçamental Total .....	9
2.2.2.	Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica .....	10
2.2.3.	Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos) .....	10
2.3.	Grandes Opções do Plano .....	11
2.3.1.	Investimento anual por Objetivo e Programa .....	11
2.3.2.	Grau de Execução das Grandes Opções do Plano .....	13
3.	Quadro evolutivo da situação económica e financeira .....	15
3.1.	Análise do Balanço .....	15
3.1.1.	Ativo .....	15
3.1.1.1.	Fundo de Apoio Municipal .....	15
3.1.2.	Passivo .....	15
3.1.2.1.	Provisões para riscos e encargos .....	15
3.2.	Demonstração de Resultados .....	16
3.2.1.	Custos e Perdas .....	16
3.2.1.1.	Custo das Mercadorias Vendidas .....	16
3.2.1.2.	Provisões do Exercício .....	16
3.2.1.3.	Custos e Perdas Extraordinárias .....	16
3.2.2.	Proveitos e Ganhos .....	16
3.2.2.1.	Vendas e Prestação de Serviços .....	16
3.2.2.2.	Impostos e Taxas .....	17
3.2.2.3.	Proveitos e Ganhos Extraordinários .....	17
4.	Análise Financeira - Rácios .....	18
4.1.	Evolução da dívida do Município .....	18
4.2.	Indicadores de Gestão .....	18
4.2.1.	Indicadores de natureza orçamental .....	19
4.2.2.	Indicadores de natureza financeira .....	20
5.	Proposta de aplicação de resultados .....	21

## Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução.....	6
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica .....	8
Figura 3 – Grau de Execução .....	9
Figura 4 – Grau de Execução (Económica).....	10
Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica .....	11
Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.).....	11
Figura 7 – Montante Executado / Funções / Programa .....	12
Figura 8 – Grau de Execução Total Anual.....	14
Figura 9 – Capital em Dívida .....	18
Figura 10 – Receita Cobrada / Despesa Paga.....	19
Figura 11 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital) .....	19

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita .....	7
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva .....	7
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica .....	8
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital.....	9
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas.....	10
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano .....	14
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental .....	19
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira .....	20

## **1. Introdução**

O presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2018 é, à luz do regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica, parte integrante dos documentos de prestação de contas e a sua elaboração teve por base o cumprimento do consignado no n.º 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas preconizadas pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conjugado com a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001- 2ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais.

O Relatório de Gestão deverá ser remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o n.º 28 do Anexo I – Documentos de Prestação de Contas, da Resolução n.º 6/2013 - 2ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 21 de novembro de 2013 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Pretendeu-se, aquando da sua elaboração apresentar um relatório que configure em síntese, e de forma objetiva, o que representou em termos económicos e financeiros o ano de 2018 e, por forma a tornar ainda mais clara a sua interpretação, enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal apresenta-se, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Com o enfoque na facilidade de interpretação e análise do documento, optou-se ainda, por dividir o mesmo por partes, fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Ainda quanto à metodologia utilizada, foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados.

Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial, relevando a execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2018.

Em jeito de enquadramento, no que à execução orçamental concerne, salientamos a execução de obras como seja o caso do Centro de Interpretação da Batalha de Castelo Rodrigo e do Centro de Interpretação Judaica, que à data do fecho de contas de 2018, já se encontravam numa fase bastante avançada de execução.

Também foi iniciada uma obra de substancial importância e financiada, que se trata da Requalificação da Torre de Almofala, melhoramentos nos acessos e centro de interpretação;

Destaca-se ainda, sempre com o enfoque na execução orçamental, e no que ao ordenamento do território diz respeito, a execução de outras obras, como seja o caso da requalificação Rua Dr. Artur Seixas, também com uma execução substancial – à data do fecho de contas de 2018 - entre outras.

Também a componente social e as transferências de competências e respetivos recursos financeiros para as freguesias continuam, à semelhança dos anos anteriores, a representar uma significativa fatia do orçamento municipal, bem como os diversos programas de âmbito social, como seja o caso Seguro de Saúde de Estomatologia, que veio complementar o Seguro Municipal – Figueira Saudável.

O preenchimento do mapa de pessoal da Autarquia, através da contratação de técnicos e, sobretudo através do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da integração de precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, justifica um aumento de despesa na respetiva rubrica.

A atividade cultural que o Município tem desenvolvido nestes anos, em particular no ano de 2018, traduziu-se na captação e educação de públicos de todas as idades, que em grande número participou e se envolveu nas iniciativas levadas a efeito. A qualidade das atividades concretizadas mereceu rasgados elogios dos públicos presentes, revelando-se como marcos a preservar e a dar continuidade no território, pois dão visibilidade ao Concelho muito para além do seu limite geográfico.

Cabe aqui referir as iniciativas culturais de maior significado como: a Semana Cultural do Livro e da Leitura; a Recriação Histórica da Batalha de Castelo Rodrigo – Salgadela, a Batalha; “Os Clássicos Vão ao Interior”; os “Encontros com História”; o Ciclo de Teatro para a Infância e Juventude; o Teatro “Bichos” e as Visitas Guiadas Encenadas, tendo como parceiros a CARB (Cooperativa Artística da Raia Beirã), sediada no concelho, e a Filandorra – Teatro do Nordeste.

O Município programou e desenvolveu também os eventos “12 em Rede – Aldeias em Festa” e “Cultura em Rede - Dança”, iniciativas das Aldeias Históricas de Portugal e da CIM-BSE, respetivamente, com uma participação muita expressiva de munícipes Figueirenses.

A par com a vertente cultural, e numa senda de criar sinergias e dinâmicas com vista ao incremento da economia local, o executivo, também no ano de 2018, deu continuidade a diversos eventos, entre os quais o “Slalom” que com a sua vigésima edição foi catapultado para um patamar internacional com a presença do Piloto Finlandês, Markku Alén, campeão mundial de ralis. Também Festival das Sopas e Migas o Festival do Borrego da Marofa, as Festas da Amendoeira em Flor e as Festas de Verão “Figueira com Vida” têm vindo a ter cada vez mais notoriedade e por conseguinte, a dinamizar o território e bem assim, a promover oportunidades ao tecido económico local.

O apoio ao empreendedorismo e ao sector agricultura, concedidos no quadro do Regulamento “Figueira + Verde e Empreendo + Figueira” assume também particular relevo no cumprimento da execução orçamental.

Pelo exposto, consideramos que a gestão pública, aqui refletida foi de encontro ao que foi proposto e aprovado pelo Plano e Orçamento Municipal para o ano que lhe diz respeito, com particular atenção, à área social e ao empreendedorismo, não descurando as obras físicas que se reportam de essencial para o Território, sobretudo no que concerne a sua potencialização enquanto destino turístico.

Assim, em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2018, que procura ser, sobre o prisma da objetividade, clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

## 2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

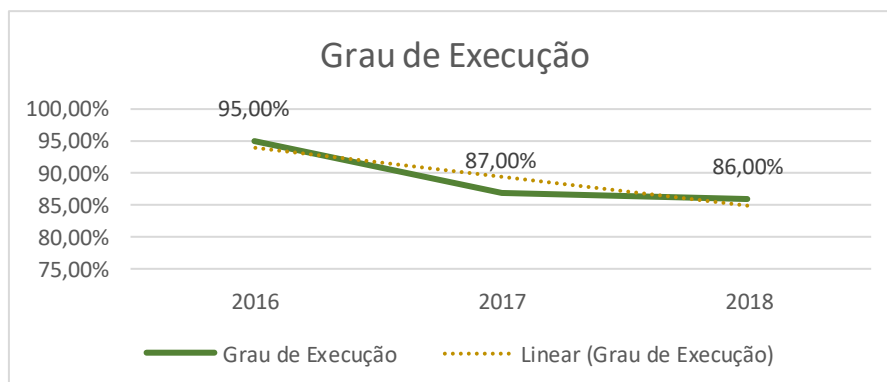
### 2.1.Receita

#### 2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município efetuou algumas alterações orçamentais ao longo do ano por forma de ajustar o orçamento em função das necessidades ocorridas na execução da despesa, tendo igualmente realizado alterações orçamentais na receita.

A execução orçamental da receita evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo registado um grau de execução na ordem dos 86% no final do ano.

A Figura 1 apresenta uma abordagem comparativa dos últimos 3 anos.



**Figura 1 - Grau de Execução**

Em 2018 constata-se uma ligeira oscilação deste rácio, que regista uma descida de 1 ponto percentual comparativamente a 2017, fixando-se a execução nos 86%, garantindo-se, ainda assim, um grau de execução superior aos 85% definidos como valor de referência mínimo pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI).

A tabela seguinte apresenta a evolução percentual da execução dos capítulos para o período 2016-2018:

<b>Rubricas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
01 – Impostos diretos	77,50	99,31	89,81
02 – Impostos indiretos	171,01	87,81	55,10
04 – Taxas, multas e outras penalidades	87,81	94,04	106,38
05 – Rendimentos da propriedade	98,41	85,44	104,68
06 – Transferências correntes	98,96	99,25	95,72
07 – Venda de bens e serviços correntes	66,90	96,58	101,92
08 – Outras receitas correntes	43,77	3,46	25,00
09 – Venda de bens de investimento	24,61	76,25	0,00
10 – Transferências de capital	61,25	43,64	97,36
11 – Ativos financeiros	8,32	0,00	160,00
12 – Passivos financeiros	72,29	30,18	0,00
13 – Outras Receitas de Capital	222,90	0,00	1029,33
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	48,81	1096,02	1110,57

**Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita**

### 2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

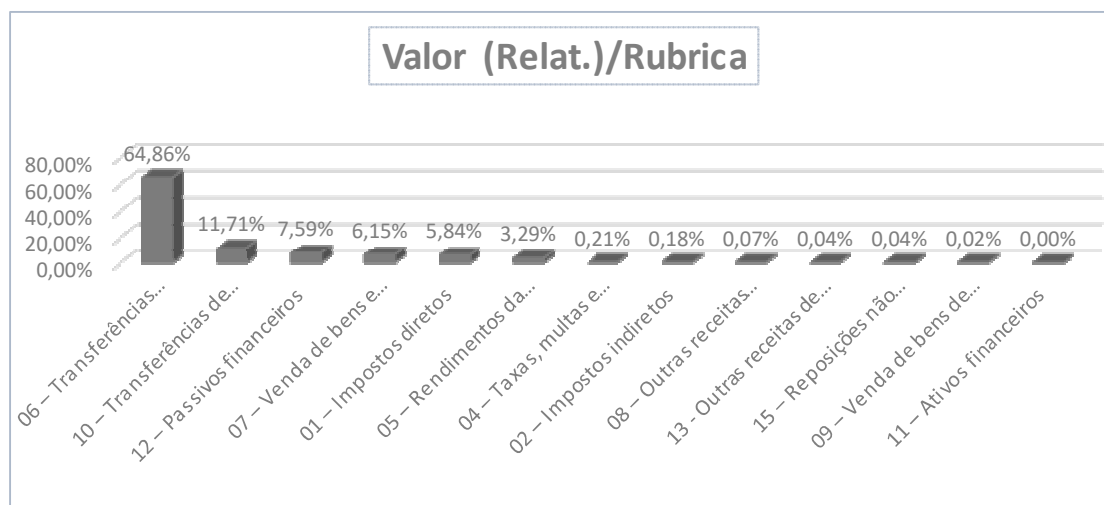
<b>Rubricas</b>	<b>2018</b>
01 – Impostos diretos	577.477,38
02 – Impostos indiretos	17.699,28
04 – Taxas, multas e outras penalidades	20.854,63
05 – Rendimentos da propriedade	325.823,22
06 – Transferências correntes	6.418.570,00
07 – Venda de bens e serviços correntes	608.629,95
08 – Outras receitas correntes	6.915,92
09 – Venda de bens de investimento	2.215,00
10 – Transferências de capital	1.158.968,32
11 – Ativos financeiros	66,55
12 – Passivos financeiros	751.491,16
13 – Outras Receitas de Capital	3.985,39
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	3.660,46
<b>Total</b>	<b>9.896.357,26</b>

**Tabela 2 – Receita cobrada efetiva**

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 10 – Transferências de Capital, 12 – Passivos financeiros, 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes e a 01 – Impostos diretos.



Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se discrimina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.



**Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica**

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspetiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 99,44 % do total da receita cobrada.

Rubricas	2018
01 – Impostos diretos	5,84
05 – Rendimentos da propriedade	3,29
06 – Transferências correntes	64,86
07 – Vendas de bens e serviços correntes	6,15
10 – Transferências de capital	11,71
12 – Passivos financeiros	7,59
<b>Total</b>	<b>99,44</b>

**Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica**

Da análise da tabela constata-se que, as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial destaque uma vez que representa 76,57% do total da receita arrecada. Nesse sentido considera-se pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

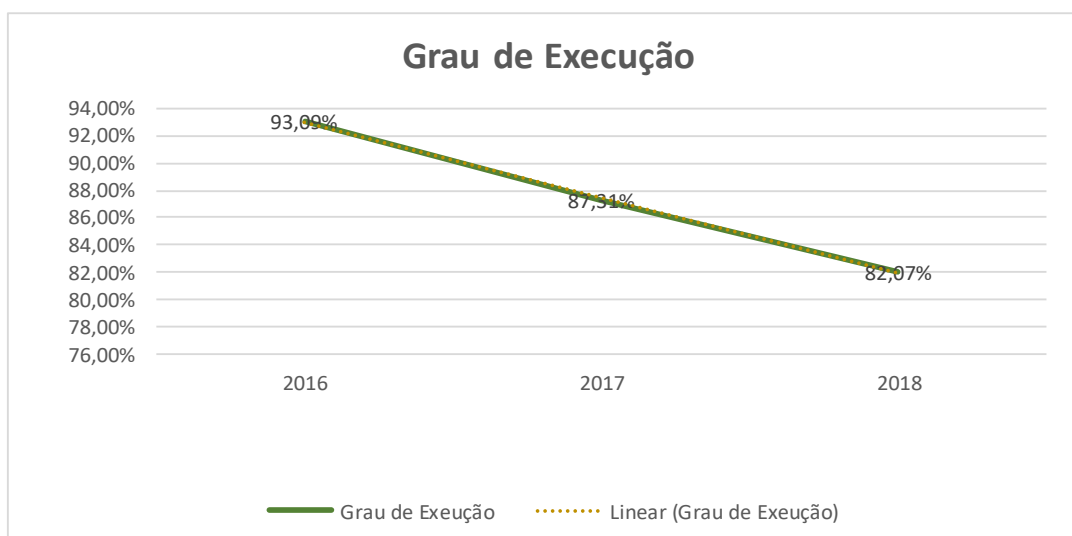
Rubricas	2018	2017	2016
Transferências do orçamento do Estado	6.854.030,03	6.797.878,01	6.596.779,00
Outros	233.368,88	188.011,55	196.096,87
Exterior (Fundos comunitários)	490.139,41	44.718,40	68.599,95

**Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital**

## 2.2.Despesa

### 2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2018 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 82,07% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2017 e 2016, utilizando para o efeito a figura seguinte:



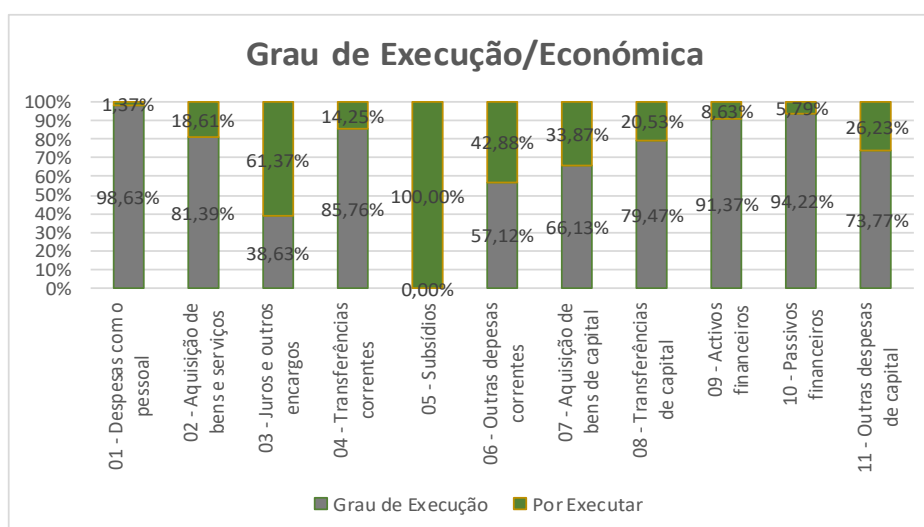
**Figura 3 – Grau de Execução**

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores, registando em 2018 uma percentagem de execução 5% inferior à verificada no ano de 2017.

Importa salientar o valor de execução em 2018 de 82,07% evidencia a eficiência na execução do orçamento para o respetivo ano, como já anteriormente havia sido referido aquando da análise da execução orçamental da receita.

## 2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:



**Figura 4 – Grau de Execução (Económica)**

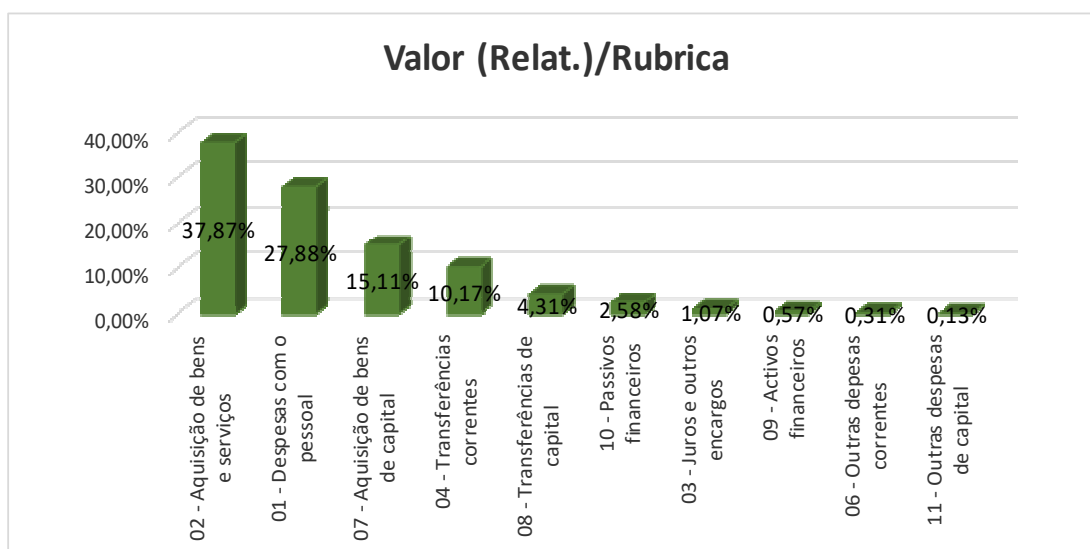
## 2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

Rubricas	2018
01 - Despesas com o pessoal	2 647 115,40
02 - Aquisição de bens e serviços	3 595 080,02
03 - Juros e outros encargos	101 893,46
04 - Transferências correntes	965 299,15
05 - Subsídios	0,00
06 - Outras despesas correntes	29 302,21
07 - Aquisição de bens de capital	1 434 831,72
08 - Transferências de capital	409 152,93
09 - Ativos financeiros	54 431,25
10 - Passivos financeiros	244 960,10
11 - Outras despesas de capital	12 171,60
<b>Total</b>	<b>9 494 237,84</b>

**Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas**

Da análise da tabela verifica-se que a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 01 – Despesas com o pessoal, rubrica 07 – Transferências de capital e a rubrica 04 – Transferências correntes. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:



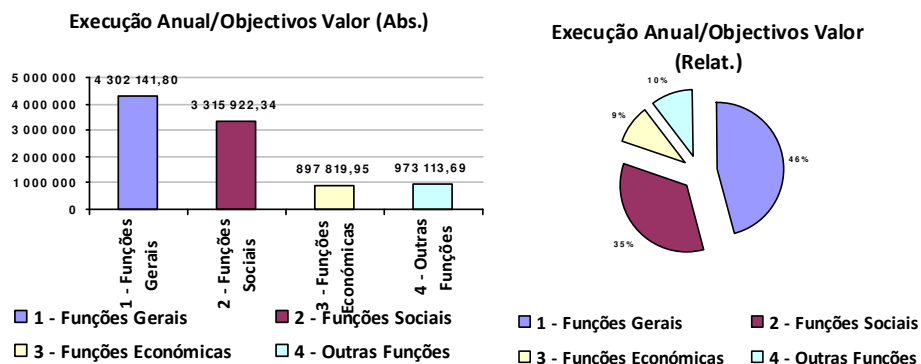
**Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica**

A figura 5 evidencia explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 02, 01, 07 e 04 correspondem a 91,03% do total da despesa paga, encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

## 2.3. Grandes Opções do Plano

### 2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

O Município ao longo do ano 2018 canalizou investimento para implementar e executar determinados Projetos associados a Programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos Objetivos (Funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se os seguintes gráficos, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por Objetivo em termos absolutos e relativos.



**Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)**

Da análise das figuras supra verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para as Funções *Gerais e Funções Sociais* que absorvem cerca de 46% e 35%, respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2018 (GOP 2018), analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.

### Montante Executado/Funções/Programa

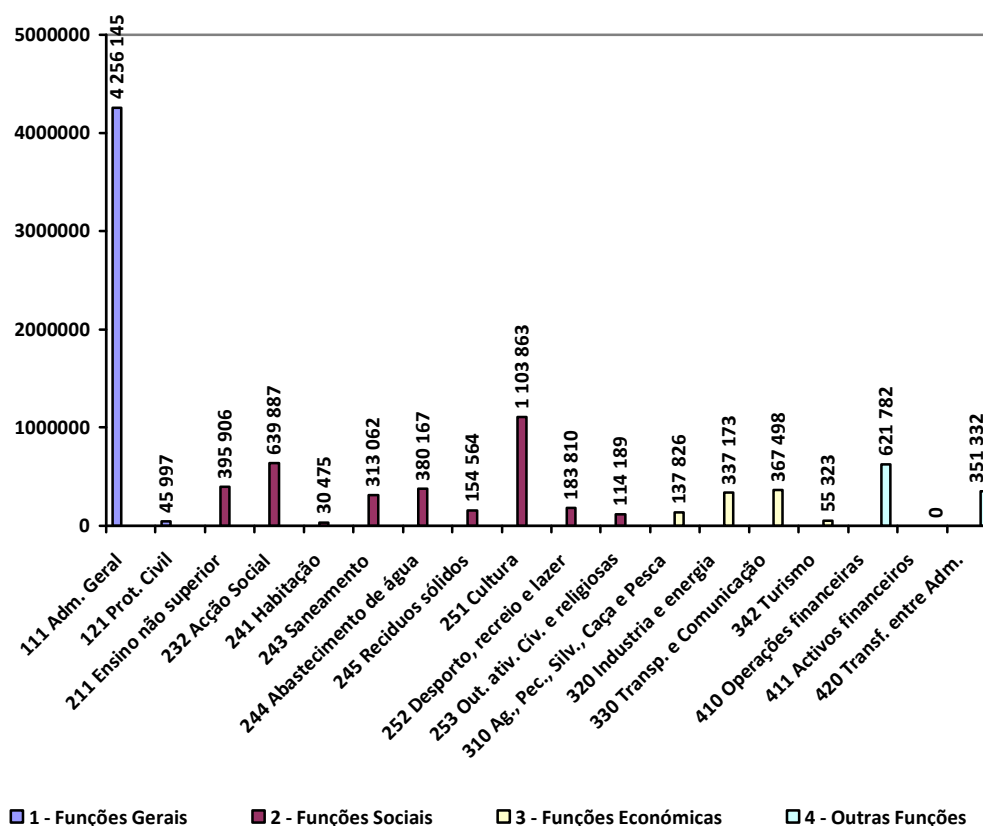


Figura 7 – Montante Executado / Funções / Programa

Observando a figura 7 constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai nos objetivos gerais 2 – *Funções Sociais* e 1 – *Funções Gerais* distribuído pelos programas apresentados e que, no seu acumulado representam aproximadamente 81% do montante total executado nas GOP 2018.

Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma, importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas justificando assim os valores apresentados.

Escrutinando o objetivo geral 1 – *Funções Gerais* deparamo-nos com o Programa com maior expressão 111 – *Administração Geral*, o valor aí inscrito corresponde às despesas com o pessoal, Aquisições de bens e serviços correntes, e Despesas de investimento.

Analisando o objetivo geral 2 – *Funções Sociais* verificamos que o programa 251 – *Cultura* apresenta maior expressão justificado por programas/ações de incentivo e iniciativas/eventos de carácter cultural, seguidamente surge o programa 232 – *Ação Social* que se pode justificar entre outros com os montantes gastos com o Cartão de Saúde Municipal, Programa Estou no Radar e Programas CEI e CEI+.

Importa ainda salientar os montantes afetos ao objetivo geral 3 – *Funções Económicas* nomeadamente aos programas 320 – *Indústria e Energia* e 330 – *Transportes e Comunicações* e que dizem respeito a valores destinados à Regeneração Urbana e à Mobilidade Urbana Sustentável da Rua Dr. Artur Seixas, entre outros.

### 2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Considerando que, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no orçamento efetuado e, como tal, um indicador que apresenta algumas limitações na sua análise, sendo, contudo, importante no sentido de se perceber a eficiência e precisão no dimensionamento dos montantes inicialmente assumidos por comparação com o realmente executado. Nesse sentido achámos pertinente fazer uma abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

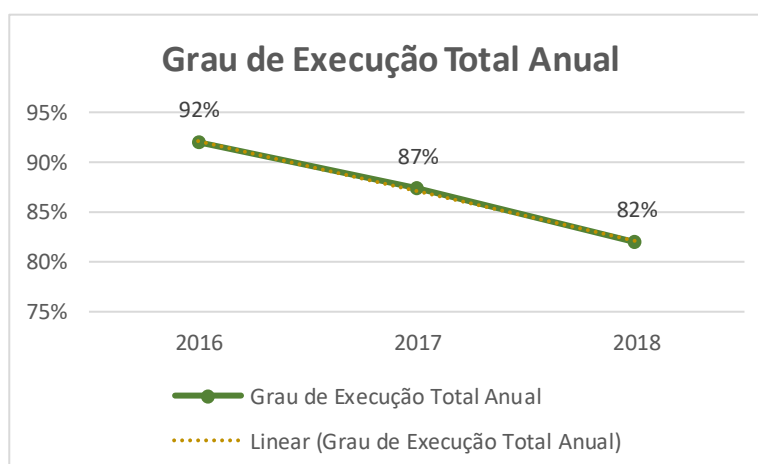
Objetivo/Funções	Programas	Grau Exec.
1 - Funções Gerais	111 - Administração Geral	88,67%
	121 - Proteção civil e luta contra incêndios	84,55%
2 - Funções Sociais	211 - Ensino não superior	86,12%
	220- Serviços de Saúde	0,00%
	232 - Ação Social	88,90%
	241 - Habitação	76,19%
	242 – Ordenamento do Território	0,00%
	243 - Saneamento	78,86%
	244 - Abastecimento de água	69,25%
	245 - Resíduos sólidos	75,21%
	246 – Prot. Meio Ambiente e Cons. Da Natureza	0,00%
	251 - Cultura Natureza	69,91%
	252 - Desporto, recreio e lazer	88,54%
	253 – Outras atividades cívicas e religiosas	86,84%

3 - Funções Económicas	310 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	85,61%
	320 - Indústria e energia	85,55%
	330 - Transportes e Comunicações	71,99%
	342 - Turismo	77,87%
4 - Outras Funções	410 - Operações financeiras	76,36%
	411 - Ativos financeiros	0,00%
	420 - Transferência entre administrações	78,52%

**Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano**

Torna-se claro, através de uma breve análise que o grau de execução apresenta níveis elevados revelando para o efeito a capacidade de comprometimento assumido inicialmente aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Relativamente à execução total anual e em comparação com os anos de 2016 e 2017, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:



**Figura 8 – Grau de Execução Total Anual**

Comprova-se com a análise do gráfico apresentado aquilo que já foi referido anteriormente, evidenciando-se uma execução elevada tal como verificado no ano transato determinado por um bom dimensionamento dos documentos previsionais iniciais.

### **3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira**

#### **3.1. Análise do Balanço**

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo, em 31 de dezembro de 2018, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

##### **3.1.1. Ativo**

###### **3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal**

A conta 412 apresenta o saldo a débito de 326.569,50€ correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.

A subscrição total do Município de Penamacor ascendia inicialmente a 507.999,32 €, tendo sido efetuada em 2018 um ajustamento em baixo do valor da subscrição no montante de 181.429,82€, por força da redução do capital social do Fundo nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2018.

De acordo com o que foi referido no Relatório de Gestão de 2017 foi efetuado durante este ano a quarta realização desse capital no montante de 54.431,25€, perfeitamente identificado na conta de terceiros 268127.

De referir que a realização foi de 72.570,00€ por ano, em duas prestações anuais a ocorrer em junho e dezembro, durante os anos de 2015 a 2017, sendo que em 2018 a realização foi de 54.431,25€ correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro, correspondendo a 2019 ao valor de 54.428,25€.

##### **3.1.2. Passivo**

###### **3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos**

No ano de 2018 continua registado na conta 2928 – Outros riscos e encargos o montante de 231.048,60€ referente ao reconhecimento da responsabilidade, estimada, que resultará do desfecho dos processos judiciais em curso, e que são autoras as entidades Biosfera, Construções Unipessoal, Lda e BIU – Construções, Lda e Réu este Município.



## **3.2.Demonstração de Resultados**

No ano de 2018 após o apuramento de todos os custos e proveitos gerou um resultado líquido negativo de 170.914,58€, tendo o resultado alcançado no ano 2017 ter sido negativo de 491.686,97. Esta variação pode ser explicada desde já pela variação dos resultados operacionais que abordaremos mais à frente. De salientar ainda variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

### **3.2.1. Custos e Perdas**

#### **3.2.1.1.Custo das Mercadorias Vendidas**

O valor constante na conta 61 diz respeito maioritariamente ao registo de faturas de água e saneamento emitidas pela entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

#### **3.2.1.2.Provisões do Exercício**

Relativamente ao montante que constitui o saldo da conta de provisões do exercício – 67 apenas de referir que foi efetuado um reforço de provisões de 2.776,84€ proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 6 meses.

#### **3.2.1.3.Custos e Perdas Extraordinárias**

O valor da conta 69, ligeiramente superior ao registado em 2017 apresentando uma variação absoluta de 55.171,60€ justificado principalmente por um aumento na rubrica de correções efetuadas a exercícios anteriores.

### **3.2.2. Proveitos e Ganhos**

#### **3.2.2.1.Vendas e Prestação de Serviços**

Relativamente a esta rubrica não existem variações significativas a considerar, estando os valores em sintonia com os registados em 2017.

### **3.2.2.2. Impostos e Taxas**

A conta 72 – Impostos e Taxas apresenta um valor ligeiramente inferior ao registado em período homólogo, não sendo, contudo, relevante para ano.

### **3.2.2.3. Proveitos e Ganhos Extraordinários**

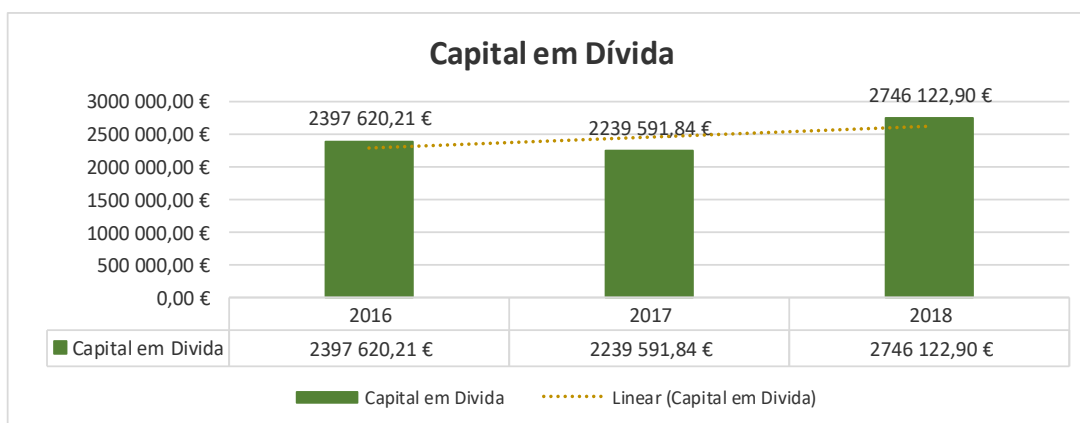
O valor da conta 79 apresenta um valor superior ao verificado em 2017 justificado principalmente pelo aumento de correções efetuadas a exercícios anteriores.

## 4. Análise Financeira - Rácios

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

### 4.1. Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida registou uma tendência crescente ao longo do último ano, uma vez que apesar das amortizações normais efetuadas durante o ano 2018, há a registar os novos empréstimos referentes à Obra Rua Dr. Artur Seixas e à Requalificação da Torre de Almofala. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.



*Figura 9 – Capital em Dívida*

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, no entanto faz ainda parte do passivo do Município o valor de 29.092,57€ correspondente a dois contratos de Leasing que tem vindo a ser amortizada segundo as condições particulares específicas de cada contrato.

### 4.2. Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes acompanhados de explicação dos respetivos valores, apresentado sempre que o justifique tabelas e ilustrações.

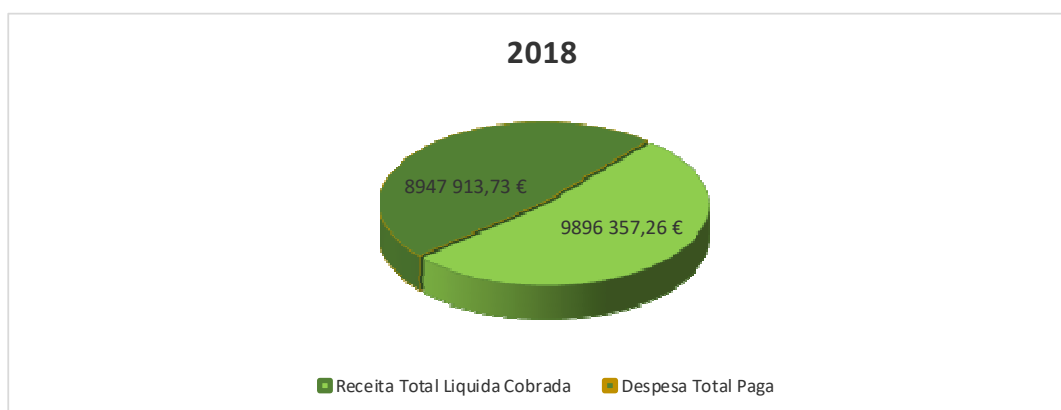
### 4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

Descrição	2017	2018
Cobertura das despesas pela receita	0,992	1,042
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	0,906	0,920
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	2,043	1,125
Peso da despesa total na receita total	1,01	0,959

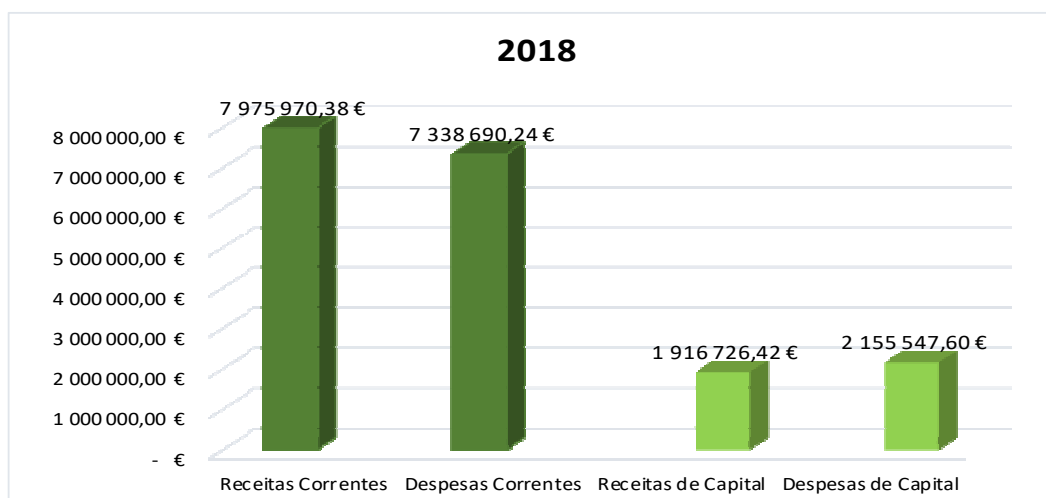
**Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental**

Da análise dos indicadores apresentados nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total* verifica-se uma variação positiva encurtando a diferença entre a despesa total e receita total, no entanto atenção à particularidade de que as receitas totais não conseguem cobrir a totalidade das despesas totais.

Esta diferença poderá ser perfeitamente verificada através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.



**Figura 10 – Receita Cobrada / Despesa Paga**



**Figura 11 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)**

#### 4.2.2. Indicadores de natureza financeira

Descrição	2017	2018
Liquidez geral	0,164	0,390
Liquidez reduzida	0,156	0,362
Liquidez imediata	0,117	0,303
Solvabilidade	1,652	1,562

**Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira**

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que apresentam variação em relação ao ano transato, fundamentalmente devido à diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo e ao aumento das rubricas do ativo (Disponibilidades, Inventários e Dívidas de Terceiros a curto prazo).

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros) obrigando o Município a consignar exigível de curto prazo a ativo de longa duração.

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 no entanto evidencia-se que este rácio registou uma melhoria em relação aos valores apresentados o ano transato.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor reduzido, e aquando da análise conjunta com o indicador de liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

## **5. Proposta de aplicação de resultados**

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162 abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do ativo líquido.

Por outro lado, dado que o valor do património já é superior aquela percentagem, propõe-se que o resultado líquido seja transferido para resultados transitados.

Figueira de Castelo Rodrigo, 15 de abril de 2019

O Presidente da Câmara

(Paulo José Gomes Langrouva)